

Para Arecip, expurgo não reduzirá os juros

Da sucursal do
RIO

O presidente da Associação Regional das Entidades de Crédito, Investimento e Poupança do Rio de Janeiro (Arecip), José Eduardo de Oliveira Penna, disse, ontem, que o expurgo dos indicadores econômicos anunciados pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, vai provocar uma corrida ao dólar, ao ouro e aos imóveis, além de não reduzir os juros e criar maiores problemas para quem vive de salários, "já expurgados pelas mudanças do INPC".

"O primeiro purgante de que o País precisa é o do déficit público", afirmou Oliveira Penna, ex-diretor do BNH. "O governo precisa zerar este déficit, que representa de 30% a 45% da folha de pagamentos do País. Se o próprio governo gasta tudo isso, é evidente que a primeira providência é zerar o déficit e não fazer expurgos."

Pelos cálculos do presidente da Arecip, o déficit público brasileiro vai ficar, este ano, entre Cr\$ 10 trilhões e Cr\$ 14 trilhões, o que representa de 7% a 10% do Produto Interno Bruto. A folha total de pagamentos de salários chega a Cr\$ 30 trilhões. Desse modo, chega-se à conclusão de que o governo gasta pelo menos 30% dessa folha. "Diante disso, será necessário o expurgo?" — perguntou. "Os aluguéis já estão expurgados em 10% e assim também o salário. A classe média vinha tendo uma perda de 5% ao ano nos seus ganhos reais e que passaram para 7% a 10% anuais com a nova lei de salários", declarou.

CORREÇÃO

Segundo Oliveira Penna, o expurgo da correção monetária vai resultar numa repetição do que ocorreu em 1980, quando a inflação chegou a 115% e a correção ficou em 47%, "gerando uma brutal demanda especulativa de imóveis". Para ele, essa política vai resultar em nova corrida especulativa aos imóveis, além de atrair a especulação para o ouro — que não sofrerá nenhuma interferência nas suas variações de valor — e para o dólar, pelos efeitos do expurgo menor na taxa cambial e como reação psicológica dos investidores diante da insegurança do mercado de títulos. "Tudo isso — afirmou — além de não baixar os juros, que só poderão ser reduzidos com uma ação drástica sobre o déficit público."

CAMPOS

Oliveira Penna também contestou a tese defendida pelo senador Roberto Campos (PDS-MT), de que o expurgo salarial seria necessário porque os salários representam 60% do valor adicionado da produção brasileira. Para ele, essa afirmativa representa uma confusão de conceitos entre os rendimentos do trabalho assalariado e os rendimentos do trabalho em geral, definidos no Censo de 1980.

"Uma coisa — disse — e o rendimento do trabalho, abrangendo o que recebem todos os que trabalham, inclusive os diretores e presidentes de empresas, como no meu caso (Penna é presidente da Letra SA.). Outra é o rendimento dos assalariados, que representa cerca de 30% do Produto Interno Bruto."